



Publicado D.O.E.  
de 09/10/07  
*Handri*  
Secretário do Tribunal Pleno

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC Nº 03704/03  
Doc. TC nº 05579/05

**RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.** Prefeitura Municipal de Natuba. Toma-se conhecimento em face da sua tempestividade e, no mérito, pelo provimento parcial.

ACÓRDÃO APL TC Nº 671/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC n.º 03704/03, no tocante ao **Recurso de Reconsideração**, interposto por José Lins da Silva, ex-prefeito constitucional do Município de Natuba, referente a Prestação de Contas Anual do exercício de 2004, objetivando a reformulação do **Acórdão APL TC Nº 524/2006**, de 16/08/2004;

**CONSIDERANDO** que o Tribunal Pleno, na sessão do dia 16 de agosto de 2006, em decisões consubstanciadas no **Parecer APL TC Nº 090/2006**, Contrário à aprovação das contas, em virtude das irregularidades remanescentes, com determinação de cancelamento da NE 2265/2004 em favor do ex-vice prefeito, além de recomendações ao atual gestor, e nos **Acórdãos APL TC Nº 524/2006**, (com imputação de débito ao ex-prefeito, no valor de **R\$ 12.625,20**, - R\$ 12.000,00, por excesso de remuneração recebida em desacordo com Lei Municipal e R\$ 625,20, por despesas com taxas, juros e tarifas de devolução, oriundos da emissão de cheques sem fundo - e aplicação de multa pessoal, no valor de R\$ 2.805,10) e **APL TC Nº 523/2006** (com determinação de prazo ao atual prefeito, Antônio Dinoá Cabral, para devolução, com recursos do município, da importância de R\$ 23.943,72, em função de despesas realizadas em finalidades incompatíveis com as do FUNDEF), todos os atos com publicação no DOE de 29/08/2006;

**CONSIDERANDO** que o interessado interpôs Recurso de Reconsideração, em 13/09/2006, Doc. TC n.º 15504/06, para o fim de aferir o reexame da matéria relativa ao excesso de subsídios do ex-Prefeito e do vice-Prefeito, retificação dos citados atos formalizadores, com aprovação da respectiva prestação de contas, sem imputação de débito, e desconstituição da multa aplicada;

**CONSIDERANDO** que a Auditoria deste Tribunal realizou diligência no município nos dias 09 e 10/07/2007, com o objetivo de coletar documentos e informações para subsidiar a análise das alegações contidas no presente Recurso, concluindo, no relatório de fls. 838/839, por reputar elididas as irregularidades relativas ao excesso de remuneração do ex-Prefeito, no valor de **R\$ 12.000,00** e do ex-vice Prefeito, caso fosse efetivado o pagamento da NE 2265/2004, contidas no **Acórdão APL TC Nº 524/2006**, assim também da parcela de R\$ 625,20 referente a taxas e multas bancárias por devolução de cheques, esta em face do recolhimento da importância, em 12/09/06;

**CONSIDERANDO** entender o Relator que a devolução aos cofres da prefeitura da quantia de R\$ 625,20, oriunda de despesas de devolução de cheques sem fundos (fls. 608) deve ser entendido como cumprimento do Acórdão, não cabendo sua exclusão das irregularidades constatadas;

**CONSIDERANDO** que permanecem as demais irregularidades constantes do **Parecer APL TC Nº 090/2006**, que ensejaram Parecer Contrário à aprovação das referidas contas, sobre as quais o interessado não se manifestou no presente Recurso de Reconsideração, dentre elas, percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde abaixo do mínimo constitucionalmente exigido;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC Nº 03704/03

Doc. TC nº 05579/05

**CONSIDERANDO** que o Recurso foi interposto dentro do prazo prescrito pelo Regimento Interno desta Casa;

**CONSIDERANDO** o Relatório da Auditoria, o Parecer oral da Procuradoria Geral, o voto do Relator e o mais que dos autos consta;

**ACORDAM** os integrantes do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade de votos, com declaração de impedimento do Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, em sessão plenária realizada nesta data, em:

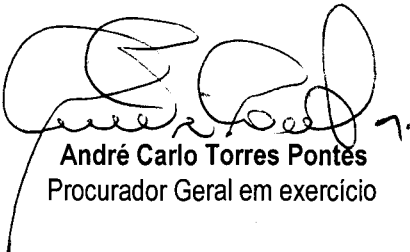
1. **CONHECER** do Recurso de Reconsideração, interposto por José Lins da Silva, ex-prefeito constitucional do Município de Natuba, em face da sua tempestividade e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para desconsiderar o débito imputado de **R\$ 12.000,00**, como também a recomendação de cancelamento da NE nº 2265/2004, no valor de R\$ 6.000,00, em favor do ex-vice-prefeito João Batista de Souza Filho;
2. **MANTER** as demais decisões, constantes dos atos formalizadores questionados, inclusive o Parecer Contrário à aprovação da referida prestação de contas e a multa aplicada pelo **Acórdão APL TC Nº 524/2006**;
3. **RENOVAR** o prazo de sessenta 60 (sessenta) dias ao ex-prefeito acima mencionado, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento voluntário da multa à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, cabendo a ação ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso de não recolhimento, com intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;
4. **Assinar** novo prazo de 60 (sessenta) dias para que o atual Prefeito, senhor Antônio Dinoá Cabral, sob pena de aplicação de multa, faça cumprir integralmente a decisão consubstanciada no Acórdão APL TC N.º 523/2006, observando que o valor, no montante de R\$ 23.943,72, referente a despesas realizadas pelo município com recursos do FUNDEF em finalidades incompatíveis com o seu objeto, em razão do encerramento da vigência desse Fundo em 31/12/2006, deve ser recolhido à conta específica no Banco do Brasil, com registro contábil individualizado, para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, através de dotações consignadas na legislação orçamentária, nos termos da EC 53, LC 101/2000, Lei 11.497/07 e Nota Técnica do Tesouro Nacional 706/200, não permitida ao gestor a utilização dos recursos em finalidade diversa, em razão de vinculação legal;

Publique-se, registre-se e intime-se.

TC.PLENÁRIO MIN. JOÃO AGRIPINO, em 12 de setembro de 2007.

  
Arnóbio Alves Viana  
Conselheiro Presidente

Fui presente:

  
André Carlo Torres Pontês  
Procurador Geral em exercício

  
Marcos Ubiratan Guedes Pereira  
Conselheiro Relator